



AGRUPAMENTO VERTICAL DE ESCOLAS DIOGO CÃO

PELA SUSPENSÃO DESTA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Tomada de Posição

Os docentes signatários entenderam tomar uma posição pública sobre o actual modelo de avaliação do desempenho docente instituído pelo Decreto Regulamentar nº 2/2010, de 23 de Junho e consideram que o Ministério da Educação deve suspender de imediato a aplicação do actual regime de avaliação de desempenho, fundamentando esta posição no seguinte:

- O modelo de avaliação em vigor não tem carácter formativo, e destina-se, essencialmente, a garantir a progressão na carreira; Não devendo ser esse o objectivo principal, agora deixa mesmo de ter qualquer sentido, tendo em conta que a progressão na carreira foi suspensa a partir de Janeiro do corrente ano.
- O modelo de avaliação não garante a transparência e introduz injustiças, o que conduzirá, inevitavelmente, à degradação do ambiente de trabalho na escola e em nada contribuirá para a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos.
- O facto de os avaliadores e os avaliados serem concorrentes a uma mesma carreira profissional, por si só, coloca em causa a imparcialidade do avaliador e em risco o direito a uma avaliação justa por parte do avaliado.

- Há situações em que o avaliador não possui formação especializada na área de avaliação de desempenho, inviabilizando assim uma avaliação rigorosa da componente pedagógica.
- O regime de avaliação, a ser implementado, perturbará fortemente o funcionamento das escolas e cavará conflitos que são de todo indesejáveis.
- A atribuição prévia de quotas impede o real e cabal reconhecimento do mérito dos docentes, prejudicando-os na sua progressão devido a uma imposição meramente administrativa, cujo principal objectivo será a diminuição dos vencimentos dos docentes.
- A não divulgação pública dos resultados de avaliação cria dúvidas, insegurança e suspeição nos docentes.
- A complexidade dos domínios e indicadores utilizados neste modelo inviabiliza uma avaliação objectiva.

Por estes motivos, entendemos que o actual modelo é injusto, inexecutável e gerador de injustiças, em nada contribuindo para uma melhoria das práticas pedagógicas nem para uma valorização profissional. Traz, isso sim, implicações negativas para a escola pública.

Assim, julgamos ser este o momento indicado, aproveitando o congelamento das progressões, para construir um novo modelo de avaliação consensual, transparente, justo e que contribua para uma efectiva melhoria da qualidade do ensino.

Vila Real, 3 de Março de 2011

Os signatários
(*seguem-se as assinaturas*)